# Direito &Tributos



SISTEMA TRIBUTÁRIO E LEGISLAÇÃO

ROBSON SANT'ANA

atarde com br/colunistas/direitoetributos

# Mineração e Reforma Tributária: oportunidade perdida?

O Brasil é um gigante da mineração. Nossas riquezas naturais impulsionam a economia, geram empregos modelo tributário baseado no WA dual. substituindo e colocam o país em posição de destaque no comércio global. Mas, apesar dessa força, a indústria mineral brasileira opera sob um dos sistemas tributários mais pesados e complexos do mundo.

Enquanto países como Ca-nadá, Austrália e Chile criam incentivos para fortalecer suas cadeias produtivas e atrair investimentos, o Brasil segue um caminho opos to, impondo tributos excessivos e uma burocracia su sivos e uma burocracia su-focante. A expectativa era de que a reforma tributária trouxesse alívio, simplifica-ção e previsibilidade. Mas, na prática, o que vimos foi um novo cenário de desafios

tributos antigos por dois novos impostos: a Contri-buição sobre Bens e Servibuiçao sobre Bens e Servi-ços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Em janeiro de 2025, a Lei Com-plementar nº 214 foi apro-vada para regulamentar es-se novo sistema. E foi aí que a esperança se transformou em frustração para o setor mineral.

A mineração continua A mineração continua enfrentando uma carga tributária desproporcional. Algumas distorções, como a proliferação de taxas estaduais como a Taxa de Fiscalização de Recursos Minerais (TFRM), não foram corrigidas. Essas taxas, que O setor de mineração precisa, mais do que nunca, de planejamento e segurança jurídica para continuar operando e contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil

deveriam ter uma função es-pecífica – a fiscalização da atividade minerária –, aca-baram se tornando uma ferramenta arrecadatória sem qualquer contrapartida

real.

Mas o problema não parou por aí. O novo sistema ampliou a base de cálculo e o fato gerador dos tributos. Agora, tanto o CBS quanto o IBS incidem sobre as operações de extração, criando um efeito perverso: um poum efeito perverso: um novo tributo que, na prática, se soma à já onerosa Compensação Financeira pela Explo-ração Mineral (CFEM). Como se não bastasse, a mineração senao bastasse, a mineração foi enquadrada no Imposto Seletivo, conhecido como "imposto do pecado", um mecanismo pensado para desestimular produtos nocivos, como cigarros e bebidas alcoólicas. Mas desde quando extrair minério é um pecado? Essa decisão revela uma

desconexão entre a política tributária e a realidade ecotributária e a realidade eco-nômica do país. Enquanto governos mundo afora re-duzem impostos sobre a mi-neração para incentivar a competitividade, o Brasil impõe mais barreiras e cus-tos para um setor que já car-rega um peso considerá-vel.

trouxe avanços na simpli-ficação das obrigações acessórias. Pelo contrário: as empresas do setor seguirão empresas do setor segurrao lidando com uma carga bu-rocrática elevada, que exige tempo, dinheiro e estrutura para garantira conformida-de fiscal. Além disso, diver-sas regras da Lei Complementar nº 214 levantam questionamentos jurídicos e podem acabar sendo con testadas no Supremo Tribu-nal Federal (STF), criando um longo caminho de dis-

um longo caminho de disputas e insegurança.

O impacto disso? Empresas receosas em investir,
projetos adiados, custos
operacionais maiores e uma
perda de competitividade
para um setor que é essencial para a balança comercial para a balança comercial para a balança comercial para es maiores es man
Adaptar-se rapidamente,
buscar estratégias de miticação de riscos e investir em

gação de riscos e investir em conformidade fiscal. O setor conformidade fiscal. O setor precisa, mais do que nunca, de planejamento e seguran-ça jurídica para continuar operando e contribuindo para o desenvolvimento econômico do Brasil.

ENERGIA Unidade opera com menos de 70% da sua capacidade, o que acarreta redução de ICMS, pontua a Federação

# Estado perde R\$ 500 mi por mês com privatização da refinaria baiana, diz FUP

Controlada pelo Fundo Mubadala Capital, dos Emirados Árabes, a antiga Refina dos Árabes, a antiga Refina-ria Landulpho Alves - RLAM tem causado prejuízo aos cofres balanos. Essa é a opi-nião do coordenador geral da Federação Única dos Pe-troleiros (FUP), Deyvid Ba-celar, durante entrevista à Rádio Nordeste FM ontem. Segundo ele, o governo da Bahia perde mais de RS 500 milhões por mês em virtude

milhões por mês em virtude da privatização. Segundo Bacelar, o impacto é intenso para o governo do estado, pois a refinaria está operan-do com menos de 70% de sua capacidade e a queda de pro-dução acarreta redução na

dução acarreta redução na arrecadação de ICMS.

"A RIAM sempre representou entre 25% e 30% da arrecadação de ICMS do estado. O povo baiano perde 88 500 milhões por més devido à sub utilização da refinaria. Tá mais do que na hora de do estado." Tá mais do que na hora de termos a RLAM novamente

defendeu o sindicalista. Ele recorda que a Refina ria foi vendida por menos da metade do seu valor de mercado, em 2021, pelo governo Bolsonaro, o que já foi con-firmado pela Controlado-ria-Geral da União (CGU) e ria-Geral da União (CGU) e pelo Instituto de Estudos Es-tratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP), que avaliou o preço da refinaria entre US\$ 3 bi-lhões e US\$ 4 bilhões. Na ocasião, o Fundo Mubadala venceu a disputa pagando

"A RLAM 30% do ICMS

DEYVID BACELAR. coord. da FUP



A antiga RLAM é controlada pelo Fundo Mubadala Capital, dos Emirados Árabes

apenas US\$ 1,65 bilhão. "A privatização da refina-ria foi ruim não somente para a população baiana, fra-balhadores e trabalhadoras, bainadores e trabalnadoras, mas também para a Petro-bras, que perdeu todo esse mercado consumidor, um dos maiores do Brasil. A RLAM era a segunda maior refinaria da Petrobras", des-taca Bacelar.

"Patrimônio do País"
"Estamos na luta para que essa refinaria volte a ser um patrimônio do estado brasi-Îeiro. As conversas entre o Fundo Mubadala e a Petro-Fundo Mubadala e a Petro-bras estão avançadas para que a negociação seja con-cluida. Foram feitas diligên-cias portécnicos da Petrobras que inclusive trabalharam na refinaria antes de ser priva-tizada", informa Bacelar. "Já foi definido um novo valor de compra, mas a informação é sciilosa Fintendemos que falsigilosa. Entendemos que fal-ta a Petrobras e o Fundo Mubadala chegarem a consenso com relação ao valor".

### FINANCIAMENTO

# BNDES aprova mais de R\$ 10 bilhões para o Fundo Clima

# AGÊNCIA BRASIL

O Banco Nacional de Desen-volvimento Econômico e Sovolvimento Economico e So-cial (BNDES) aprovou mais de R\$ 10 bilhões de crédito para financiamentos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima ou Fundo Clima.

O Sudeste teve aprovados

R\$ 4,1 bilhões; o Centro-Oeste, R\$ 2 bilhões; o Nordeste, R\$ 1,8 bilhão; o Sul, R\$ 1,6 bilhão; e

bilhão; o Sul, RS 1,6 bilhão; e O Norte, RS 460 milhões.
Segundo o banco, no somatório das regiões, o aporte de recursos em 2024 foi "quase dez vezes superior" ao volume de 2022. Na comparação dos dois periodos (2022 e 2024), o Nordeste foi

a região onde o volume de recursos mais cresceu pro-porcionalmente. Em 2024, o total de recursos aprovados - R\$ 1,8 bilhão - foi 36 vezes

– K\$ 1,8 bilhao – 101 36 vezes superior ao registrado em 2022 (R\$ 51 milhões). No Nordeste, os recursos do Fundo Clima servirão à expansão de projetos de fon-tes renováveis de energia.

# Pesquisa indica que inovação na indústria do País recuou em 2023

# VITOR ABDALA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A parcela de indústrias bra-A parcela de industrias bra-sileiras que inovaram em produtos ou processos ficou em 64,6% do total das em-presas, em 2023. Segundo da-dos da Pesquisa de Inovação (Pintec) 2023, divulgada on-tem, pelo Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IB-GE), o percentual é inferior aos registrados em 2022 (68,1%) e em 2021 (70,5%). A (68,1%) e em 2021 (70,5%). A Pintec é coordenada pelo IB-GE em parceria com a Agên-cia Brasileira de Desenvolvi-mento Industrial (ABDI) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

"A gente considera uma empresa inovadora aquela que, em 2023, lançou um produto novo ou substanproduto novo ou substan-cialmente aprimorado ou um processo de negócio no-vo ou substancialmente aprimorado.", explica o pes-quisador do IBGE Flávio José

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPARICA (BA) AVISO DE LICITAÇÃO (SRP) (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 089/2025

# PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATINGA (BA)

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GENTIO DO OURO

# REFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA - ESTADO DA BAHIA

CNPJ: 13.849.086/0001-03
AVISO DE LICITAÇÃO (SRP) (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025)

Serrinha/BA, 20 de março de 2025. Rosa dos Santos - Agente de contratação/Pregoeiro. Portaria n°395 de 31 de janeiro de 202

### PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

### PREFEITURA MUNICIPAL DE XIQUE - XIQUE (BA)